

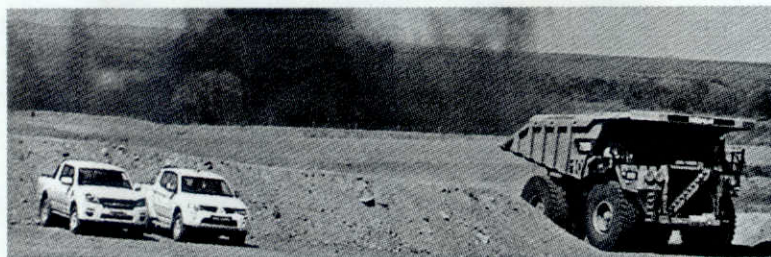
Centrais

Mega-projectos geram descontentamento generalizado em Tete

Estudos de académicos conceituados como os professores João Mosca e Nuno Castel-Branco, mostram que os mega-projectos não estão a beneficiar a população de Tete, mas os recursos locais são escoados para fora da província

“Com a implantação dos mega-projectos em Tete, o custo de vida subiu drasticamente, a densidade populacional aumentou e a criminalidade diversificou a sua tipicidade, assiste-se a um aumento da prostituição com mais ênfase no fenómeno de prostituição infantil, com evidências nos locais de diversão e lazer existentes”
- Ernesto Fernandes Assis, presidente do Fórum Provincial das ONGs de Tete

Estatísticas do Governo, apresentados pela Secretária Permanente de Tete, Albertina Tivane, indicam que dos cerca de 10 mil trabalhadores dos mega-projectos, mil são estrangeiros e apenas mil são nativos de Tete.
E estes geralmente ocupam cargos subalternos...



Os mega-projectos de exploração de recursos naturais – para já carvão mineral especificamente – implantados na

província de Tete estão a gerar problemas sérios e, simultaneamente, grande descontentamento na província. A popula-

ção local sente-se prejudicada pela exploração dos recursos.

Para além de não colher frutos dos recursos predominan-

tes na sua terra, está sujeita a novos problemas trazidos por forasteiros (nacionais e estrangeiros) que vão a Tete em busca de riqueza. Problemas como prostituição infantil, aumento das taxas de desemprego, criminalidade, expulsão das comunidades das suas zonas de residência, são apenas as faces mais visíveis de um problema maior que “ameaça fazer eclodir conflitos incontroláveis em Tete”, alertam especialistas.

A 05 de Outubro corrente, num seminário sobre a eco-

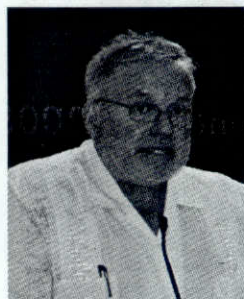
nomia extractiva e o acesso à informação que teve lugar na cidade de Tete, co-organizado pelo IBIS e MASC (Mecanismo Apoio a Sociedade Civil), académicos e membros da sociedade civil discutiram a questão dos mega-projectos.

A conclusão geral a que se chegou é de que até aqui pouco se sabe sobre os benefícios dos mega-projectos para Moçambique, e que até aqui tem havido mais problemas do que vantagens com a implantação dos mega-projectos.

Estado perde anualmente 20% do Orçamento do Estado com os incentivos

“Estimativas mostram que o Estado perde anualmente por volta de 400-500 milhões de dólares com estes “incentivos” (excluindo fugas ao fisco)

“Dados do Banco de Moçambique mostram que em média apenas entre 3% e 5% dos lucros do capital privado internacional são reinvestidos em Moçambique, e que cerca de 1 bilião de dólares são repatriados (para fora da economia nacional) todos os anos”



Um estudo intitulado “Porosidade da economia e desafios da apropriação, mobilização e utilização do excedente”, apresentada pelo Professor Dr. Carlos Nuno Castel-Branco, no referido seminário, conclui, entretanto, que a prática daquilo que ele denominou por economia extractiva (relação entre movimentos e forças de produção, apropriação, distribuição e reprodução que

extraí recursos naturais e capital) está a empobrecer o país.

“Estimativas mostram que o Estado perde anualmente por volta de 400-500 milhões de dólares com estes “incentivos” (excluindo fugas ao fisco), o que grosso modo corresponde a 20% do Orçamento do Estado corrente, ou mais de 10 vezes o total de recursos financeiros distribuídos anualmente pelos distritos”, concluiu o estudo

do Professor Castel-Branco.

Prosseguindo, o académico, director do IESE, disse que Moçambique tem das taxas mais baixas de África no que diz respeito ao reinvestimento dos retornos do capital privado.

“Dados do Banco de Moçambique mostram que em média apenas entre 3% e 5% dos lucros do capital privado internacional são reinvestidos em Moçambique, e que

cerca de 1 bilião de dólares são repatriados (para fora da economia nacional) todos os anos”, disse e explicou que o impacto disse “é nocivo para a maioria dos moçambicanos.

“O que estes dados mostram é que a economia nacional como um todo não retém, nem utiliza em seu favor (a favor do todo), a riqueza que gera. Logo, a dependência (da despesa pública e do investimen-

to privado) aprofunda-se em cada ciclo económico e com essa dependência reproduz-se a economia extractiva, a insustentabilidade macroeconómica e a porosidade da economia nacional", referiu Castel-Branco.

"A porosidade da economia reduz a riqueza disponível para

redistribuir socialmente por via do financiamento da despesa social e reduz ainda mais significativamente a propriedade social da riqueza que poderia ser usada, por via do investimento público, para a diversificação, alargamento e articulação da base produtiva e da produ-

ção de bens básicos de consumo para o mercado doméstico", prossegue o economista.

Castel-Branco disse ainda que este tipo de economia que extrai recursos e capitais nacionais "não resulta de falta de capacidade" dos moçambicanos, mas, sim, é uma opção de quem

toma decisões macroeconómicas, ou seja, é opção de quem governa. "A economia extractiva é um modo de acumulação, isto é, é uma dinâmica de relações políticas, económicas e sociais de produção, apropriação, distribuição e reprodução de excedente e das relações sociais

de poder inerentes a esse modo de acumulação. Economia extractiva não é um problema técnico, é um problema político", disse o académico, propondo mudanças na forma de gestão dos recursos nacionais.

Mega-projectos trouxeram mais problemas do que soluções

- Reassentamentos piores que aldeias comunais
- Falta de transparência e incompetência na governação



Outro estudo apresentado na ocasião, da co-autoria do Professor João Mosca e do doutor Thomas Sulemane, do CIP, intitulado "El DORADO TETE - Os mega-projectos de mineração", mostra que de El dorado Tete tem muito pouco.

O estudo classifica os reassentamentos das populações retiradas das suas zonas de origem

para dar lugar à exploração de recursos naturais, como a "Síntese do pior das aldeias comunais".

O estudo revela haver "descontentamento das pessoas, conflitos de terras, produção em áreas menos férteis, com redução dos volumes produtivos e dos rendimentos, menor acesso aos mercados a oportunidades de negócios, mais dificuldades de transporte e comunicações, piores condições de vida", como resultado da implantação dos mega-projectos.

Falta de transparência e incompetência na governação

Na governação, os acadé-

micos concluíram haver "falta de transparência, desorganização, incompetência e relações perigosas; a ausência de capacidades locais resulta em organizações centralizadas, concentradas, hierarquizadas e com relacionamentos e tipos de disciplina para militarizados".

Economia beneficia os de fora

Na economia, o estudo mostra que não há desenvolvimento de um empresariado local em Tete. Verifica-se a Emergência de um tecido empresarial em resposta a demandas externas; Desenvolvimento de uma economia extravertida; Reforço

de um padrão de acumulação centrado no exterior", portanto, que beneficia os forasteiros.

Há mais pobres do que antes

"Não existem sinais evidentes, nas cidades e no meio rural circunvizinho às zonas mineiras, da redução da pobreza. Pelo contrário, a imigração para Tete e Moatize em busca de emprego e oportunidades de pequenos negócios tem avolumado a população desempregada. Existem sinais de empobrecimento da população reassentada e circunvizinha", constatou ainda o estudo de Mosca e Sulemane.

Poderes do Estado ameaçados pelas empresas mineiras

O estudo conclui ainda, entretanto, que se "verifica o enfraquecimento relativo das instituições públicas por não ajustamento na capacitação técnica e de poder de decisão face às novas exigências, comparativamente com as capacidades das empresas mineiras".

Essas são apenas algumas das conclusões do estudo dos economistas João Mosca e Thomas Sulemane.

Como se pode ver, apontam que os mega-projectos até aqui só têm sido prejuízo ao grosso da população.

Nativos de Tete confirmam problemas bicudos

Os nativos de Tete presentes no seminário confirmaram haver problemas bicudos na província de Tete, causados pelos mega-projectos.

Ernesto Assis, presidente do fórum provincial das Organizações Não Governamentais de Tete, falou em voz da sociedade civil local e os seus pronunciamentos revelam preocupação dos que vivem em Tete, mas não beneficiam dos recursos existentes na sua terra natal.

"A nossa província de Tete, segundo o MICS-(INQUÉRITOS DE INDI-

CADORES MÚLTIPLOS) 2008, apresenta indicadores de desenvolvimento social mais baixos do país, mas é palco de avultados investimentos na Indústria Extractiva", disse Assis.

Depois apontou o impacto negativo dos mega-projectos na província.

"O custo de vida subiu drasticamente, a densidade populacional aumentou e a criminalidade diversificou a sua tipicidade, assiste-se a um aumento da prostituição com mais ênfase no fenómeno de prostituição infantil, com evi-

dências nos locais de diversão e de lazer existentes", descreveu o representante das ONGs.

De novo os reassentamentos

"Estes mega-projectos trazem consigo a necessidade de movimentação de inúmeras famílias para áreas de reassentamento, assunto já bastante discutido em várias esferas da nossa sociedade e que sempre mereceu reparos nem sempre abonatórios por parte das Organizações da Sociedade

Civil, mas que também, nem sempre tiveram o acolhimento desejado por quem de direito.

A problemática do reassentamento é bastante melindrosa e complexa, porque mexe profunda e irremediavelmente com a vida secular das famílias, pois sabemos que uma compensação justa é difícil de ajuizar, pois as perdas pela movimentação são incomensuráveis".

Prosseguiu alertando que com "os reassentamentos, o modo de sobrevivência das populações, altera-se profundamente, na medida em que estas são retira-

das para longe das zonas onde havia recursos favoráveis à sua disposição, tais como a água, terras férteis ao longo dos rios Zambeze, Révuê, só para citar alguns, terras aráveis, pesca e até a proximidade com os principais centros de abastecimento em produtos de primeira necessidade como o são a cidade de Tete e a vila de Moatize.

Estas populações foram reassentadas em áreas mais distantes de tudo com agravante da precariedade das vias de acesso para aquelas zonas".

Governo diz que "ainda não é hora de colher benefícios"

Entretanto, a Secretária Permanente da província de Tete, Albertina Tivane, falou na parte final do encontro em nome do Governo. Reconheceu haver esses problemas, mas disse que também há vantagens trazidas pela implantação dos mega-projectos.

Falou de oportunidade de emprego para a população de Tete. Disse que "há jovens de 19 anos que

são motoristas dos camiões de extracção de carvão".

Entretanto, ela própria apresentou dados segundo os quais os mega-projectos empregam neste momento cerca de 10 mil pessoas, mas apenas mil são de Tete e outros mil são estrangeiros.

Os oito mil restantes são provenientes de outras províncias, com destaque para a Zona Sul do país, onde

está aglomerada a elite política e económica nacional.

A governante apelou entretanto para a calma dos moçambicanos alegando que as empresas mineiras ainda não começaram a colher os lucros da exploração do carvão.

Segundo a Secretária Permanente do Governo em Tete, "ainda não é hora de colher benefícios". (Canal de Moçambique)

